de bebês e crianças e assim para sua formação cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. Ludicidade e educação infantil / Vera Lúcia da Encarnação Bacelar. - Salvador : EDUFBA, 2009.

DODGE, Janine J.; CARNEIRO, Maria Angela Barbato. A Descoberta do Brincar. Projeto OMO. Editora Boa Companhia.

http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/ acesso em 25/03/2020 hora:16:11h

https://educacaoinfantil.aix.com.br/ludicidade/ acesso em 25/03/2020. Hora 13:46h

https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br acesso em 25/03/2020. Hora 15:29

SÃO PAULO (SP), Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Educação Infantil – São Paulo: SME/COPED, 2019.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação. 15ª. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

KRAMER, S. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 2009.

SILVA, Daniel Vieira da, 1956- Ludicidade e psicomotricidade / Daniel Vieira da Silva, Max Günther Haetinger. - 1.ed., rev. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Karyn Liane. O universo lúdico no contexto pedagógico. Curitiba: Intersaberes, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO- NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PAULISTINHA. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil do NEI Paulistinha, 2019.

UM OLHAR ATRAVÉS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

DANIELE ELIAS VON GAL

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a construção histórica do processo da inserção da música na escola, levando em consideração o papel da mesma na Educação Básica. Essa pesquisa permitiu identificar o potencial da música na escola como formadora de nossos alunos, além das atividades básicas e a construção de um ser pensante e crítico através da mesma. A metodologia adotada foi a bibliográfica, de cunho exploratório. Assim, as representações de música apresentaram um potencial formativo e para que a música realmente tenha um papel transformador na educação, é necessário que a formatação do professor ofereça subsídios necessários para distinguir a música dentro e fora da escola. Dessa forma, é preciso que a música alcance a questão humanizadora, através do ensino de música tanto na educação infantil como no ensino fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Escola; Humanizadora; Formação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir a relação do potencial da música nas escolas, especialmente para os educadores que atuam no ou com o ensino de música na Educação Básica.

O principal motivo para realização desse artigo foi minha atuação como professora e que me fez perceber a necessidade da inserção da música de forma mais contínua nas aulas. Assim, na prática diária notei que o desenvolvimento do gosto musical dos alunos varia muito devido ao grupo que ele encontra-se inserido e a influência dos meios de comunicação.

Dessa forma, esse artigo coloca em discussão para futuras pesquisas a necessidade das funções da música na escola e como os educadores podem atuar frente essa lacuna. Por essa razão, o trabalho percorreu a linha histórica da música, sempre aliando o contexto histórico-social em que o indivíduo encontra-se inserido.

Em momento seguinte, a discussão sobre a LDB e a necessidade de melhorar a formação dos professores de música das escolas de Educação Básica.

2 OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo verificar e pontuar a importância da música na formação dos alunos, sua relevância histórica e atual neste contexto e as contribuições a um ensinar humanizado.

3 METODOLOGIA

O presente estudo realizou ampla revisão bibliográfica em ramos da Música, Pedagogia e Formação. A seleção seguiu a seguinte ordem: leitura dos títulos, dos resumos e então leitura dos textos completos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

4.1 A música na escola brasileira

A educação musical se faz presente no Brasil desde a vinda dos Jesuítas, segundo Medaglia (2008), em 1549, foram trazidos através dos primeiros colonizadores. A música nesse contexto era utilizada para catequizar os indígenas que, em pouco tempo, acabaram assimilando a tradição musical erudita europeia. A educação musical nesse contexto era parte importante na educação proposta pelos Jesuítas e as mesmas seguiam um modelo pedagógico proposto no documento escrito por Santo Inácio de Loyola (Fundador da Companhia de Jesus). Assim, a música era componente obrigatório do currículo em toda a formação básica e sua prática foi mencionada nos autos preservados da Companhia de Jesus.

Segundo Medaglia (2008) com a Reforma Pombalina acabou-se dando a expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1759, e o ensino de música realizado nos colégios inacianos, passou a ser responsabilidade dos mestres de capela organizados em irmandades, já que eram poucos os padres-músicos. No período logo após a Reforma, a música começou a ser vista como algo específico, mais prático e que devia ser ensinado em conservatórios, escolas confessionais e em aulas particulares nas residências da elite e não mais, na escola.

Essas manifestações musicais no período colonial tinham a influência indígena,

negra e europeia. E o seu ensino tinha como foco principal a formação moral e profissional dos indígenas, e para os negros, além das preparações para as festividades solenes e religiosas.

Segundo Tanuri (2000), após a Proclamação da República, a sociedade brasileira passa por grandes transformações e a educação passa a ser instrumento visando regenerar e moralizar as massas, além da formação do novo cidadão. Nesse sentido, a educação estética foi considerada fundamental para a formação desse novo cidadão, e envolvia várias formas de expressão: literatura, trabalhos manuais, desenho, dança, música e teatro. Justamente nesse período que a música passou a fazer parte do currículo das Escolas Normais, através da prática do canto coral. Portanto, a educação musical realizada nas escolas tinha por objetivo educar para a civilidade, através do ensino de canções que continham alto teor ideológico, feito por imitação, como um prenúncio do canto orfeônico.

Os métodos musicais ativos que mais influenciaram o ensino de música no Brasil, no século XX, segundo estudos do autor (2000) foram desenvolvidos pelos seguintes músicos, comprometidos com a educação musical: Émile-Jacques Dalcroze, Edgar Willems, Zóltan Kodály, Carl Orff e Shinichi Suzuki. Todos esses educadores tinham em comum a vontade da democratização do ensino de música, a qual poderia ser apreciada e aprendida por qualquer pessoa. Para eles, a prática deveria proceder ao conhecimento formal e teórico da música.

As propostas de educação musical ativas estavam presentes na educação musical brasileira, a partir da década de 1960, nas escolas especializadas de música, atingindo a educação pública apenas de forma indireta. Segundo Fucci- Amato (2012), embora as ideias de Dalcroze, Orff e Kodály e de alguns educadores musicais brasileiros, tivessem chegado à escola, mesmo que de forma assistemática e irregular, prevalecia o modelo de ensino tecnicista.

Fonterrada (2003) afirma que, entre os educadores musicais brasileiros que foram influenciados pelos métodos ativos destacam-se Anita Guarnieri, Isolda Bacci Bruch, Liddy Chiafarelli Mignone, Sá Pereira, Gazy de Sá, Lorenzo Fernandes, Ernst e Maria Aparecida Mahle. Em 1937, o professor Hans Joaquim Koellreutter chegou ao Brasil, trazendo as ideias e os procedimentos da música nova, que segundo Fonterrada (2003, p.199), refletiam a nova postura diante da arte contemporânea, e abriu um capo voltado à pesquisa e à experimentação.

Segundo Lima (2002) com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional LDB nº 4.024 de 1961, o canto orfeônico passa a ser considerado como prática educativa e não mais uma disciplina e a fazer parte do que o Conselho Federal de Educação chamou de atividades complementares de iniciação artística, juntamente com modelagem, escultura, desenho de expressão e pintura. No lugar do canto orfeônico, foi instituída a Educação Musical como uma disciplina, na qual poderiam atuar como professores de Educação Musical: professores de instrumento ou de canto formados em nível superior e professores de canto orfeônico formados em nível médio. Não existia exigência legal de diploma para ministrar Educação Musical, sendo apenas dada a preferência ao profissional de instrução mais sólida.

Em 1971, uma nova LDB extinguiu

a Educação Musical, segundo Lima (2002) dando lugar à disciplina de Educação Artística que passou a ser componente curricular obrigatório nas escolas de 1ºe 2º graus e o ensino de música foi praticamente banido das escolas públicas. Com as mudanças curriculares, foi necessário criar os cursos de Licenciatura em Educação Artística, oferecida nas seguintes modalidades: música, artes plásticas, artes cênicas e desenho.

Esses cursos também podiam ser de curta duração de cunho profissionalizante, as chamadas Licenciaturas Curtas, que habilitavam o professor para dar aulas no 1° Grau de forma generalista, trazendo como consequência, uma formação muitas vezes superficial e tecnicista na abordagem dos conteúdos de cada área artística.

Sendo assim, as atividades escolares, limitava-se a técnicas de trabalhos artísticos sem fundamentação teórica que considerasse a arte como uma linguagem socialmente e historicamente construída. Essas atividades serviam, muitas vezes, apenas como apoio para o reforço do conteúdo de outras disciplinas. As atividades envolvendo música restringiam-se ao ensino de rudimentos teóricos da música, canções com letras modificadas para celebrar datas comemorativas, ensinar noções de higiene ou exaltar a brasilidade.

Já na década de 70, nas escolas públicas, a música se fazia presente com a formação de fanfarras, geralmente dirigidas por militares, através de canções cívicas ou em festas nas datas comemorativas.

O retorno da música aos currículos escolares, após a implantação da LDB 9394/96, se dá a partir das orientações dos documentos curriculares de referência para a Educação Infantil – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), para o Ensino Fundamental – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e para o Ensino Médio – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). A LDB 9394/96 também determina que a Educação Infantil passe a fazer parte do sistema regular de ensino, compondo com o Ensino Fundamental e Médio, os três níveis da Educação Básica.

O RCNEI (BRASIL, 1998) propõe que a música na educação infantil seja abordada no âmbito do Conhecimento de Mundo, significando que o ensino na educação infantil deveria envolver as relações que as crianças estabelecem com o objeto de conhecimento, mais especificamente, ligados às seguintes áreas: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Portanto, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a música passa então a constituir uma área de conhecimento, componente da Arte, mas ainda não se constitui como uma disciplina específica.

Finalmente, em 18 de agosto de 2008, a partir do decreto da Lei Federal nº 11.769/2008 que altera a Lei nº 9.394/96, o ensino de música torna-se obrigatório, e segundo esse decreto, os sistemas de ensino teriam 3 (três) anos letivos para se adaptarem à Lei:

O art.26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §6º. A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o §2° deste artigo. (BRASIL, 1996)

A obrigatoriedade do ensino de música traz à tona a problemática relacionada à formação do profissional que deve lidar com

esse conteúdo, já que os documentos oficiais não determinam como deve ser a formação desse professor. Na educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino fundamental, geralmente é o professor polivalente que precisa dar conta de todos os conteúdos curriculares e a formação desses professores é realizada nos cursos de pedagogia.

Pires (2003) pontua que, nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é o professor de Arte que irá lidar com o conteúdo de Música. Nesse caso, a questão está centrada na formação geral e nas várias linguagens, além da formação específica em música.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu observar que a educação musical deveria ter como foco a apreciação musical, no sentido de desenvolver no aluno uma escuta atenta e crítica, e não somente, a formação específica de um músico.

A música também foi descrita como meio favorável para o desenvolvimento integral do aluno, todavia utilizada apenas em atividades extras, em locais fora da sala de aula, limitando o uso da música no dia a dia da escola. Essa superação precisa ser vencida, isso depende da aceitação do movimento como parte integrante da educação, ampliando o repertório das crianças e dos professores, com metodologias e estratégias de ensino de música.

Os cursos de pedagogia precisam de disciplinas que contemplem o movimento e a afetividade como componentes da música, não somente no âmbito da Educação infantil, mas também no ciclo da Educação Básica até o Ensino Médio. A apreciação musical é o caminho para atingir esse objetivo, tendo em vista a ampliação do repertório cultural e musical dos estudantes. Sendo assim, a escuta musical passaria de passiva, para ativa e reflexiva, o que por sua vez poderia refletir nas práticas musicais a serem realizadas na escola.

Sendo assim, o professor que utiliza da música pode criar no aluno uma consciência musical, fazendo com que o mesmo conheça outros gêneros, além do seu repertório próprio. Assim, fica evidente a necessidade de ampliação das possibilidades formativas permitindo a inserção da música na escola, constituindo um espaço de reflexão sobre a formação e a prática.

Vale salientar, que neste campo pesquisado ainda há muito no processo de construção, todavia essa prática precisa ser desenvolvida, ou seja, a música, e este artigo procurou contribuir para compreender esse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: UNESP, 2003.

FUCCI-AMATO, Rita. Escola e educação musical: (des) caminhos históricos e horizontes. Campinas: Papirus, 2012.

LIMA, Sônia Regina Albano de. As rupturas ideológicas do processo cultural brasileiro e seus reflexos na educação musical. In: Revista da ABEM Porto Alegre, v.7, 21-29, set, 2002.

MEDAGLIA, Júlio. Música maestro: do